



# RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2017

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ILHA DE SÃO MIGUEL

ABRIL 2018

  
**amism**  
Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel



Índice

Relatório de Gestão Consolidado .....	1
Balanço Consolidado .....	4
Demonstração Consolidada dos Resultados .....	5
Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidado .....	6
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas .....	7
Certificação Legal das Contas Consolidadas ..	8



## RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

O presente relatório dá cumprimento ao disposto no art.º 75º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, tendo sido aplicadas as políticas de consolidação constantes da Portaria nº 474/2010, de 1 de julho a qual aprovou Orientação nº 1/2010 - Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo", e tendo por base as Instruções do SATAPOCAL.

Apresenta-se as Contas Consolidadas da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel com o objetivo de evidenciar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo público.

As contas individuais da entidade controlada (MUSAMI), apresentadas em SNC, foram convertidas, para efeitos de consolidação, de acordo com o POCAL, à exceção da Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado, em que foi utilizado o modelo sugerido pelo SATAPOCAL e que apresenta uma configuração semelhante à prevista no SNC.

O método de consolidação utilizado foi o método de consolidação integral.

### Perímetro de Consolidação

O grupo público é composto pela Associação de Municípios (AMISM - entidade consolidante / entidade-mãe) e pela Empresa Intermunicipal (MUSAMI – entidade controlada).

### Análise às Contas Consolidadas

O Balanço consolidado evidencia um total de Ativo de 14.709.126,04 euros. O total dos Fundos Próprios é de 9.791.396,67 euros, incluindo um Resultado Líquido Consolidado de 328.437.12 euros e um Passivo de 4.917.729,37 euros.

Os Resultados Consolidados apurados em 2017 são:

Resultados Operacionais Consolidados: 476527 euros;

Resultados Financeiros Consolidados: -3.689 euros;

Resultados Correntes Consolidados: 472.838 euros;

Resultado Líquido Consolidado: 328.437 euros.

O caixa e seus equivalentes consolidados em 31/12/2017 são de 1.230.881 euros.





Nos termos da Portaria 474/2010, de 1 de julho, apresentamos em anexo, para apreciação da Assembleia Intermunicipal, as contas consolidadas com referência a 31 de dezembro de 2017 que são constituídas pelos seguintes elementos:

- Balanço Consolidado;
- Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza;
- Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado;
- Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Ribeira Grande, 20 de abril de 2018

O Presidente do Conselho de Administração

José Manuel Cabral Dias Bolieiro

1º Vogal

Alexandre Branco Gaudêncio

2º Vogal

Nélia Guimarães



**Balanço Consolidado**

A collection of handwritten signatures in blue ink, located in the bottom right corner of the page. There are approximately five distinct signatures, some appearing to be initials or full names, written in a cursive style.

## BALANÇO CONSOLIDADO DA AMISM EM 31/12/2017

ANO 2017

(em €)

Código das Contas POCAL	ACTIVO	Exercício			
		2017			2016
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
45	Bens de domínio público	17.039,12	0,00	17.039,12	17.039,12
		17.039,12	0,00	17.039,12	17.039,12
43	Imobilizações incorpóreas	1.117.081,73	930.059,83	187.021,90	427.691,25
		1.117.081,73	930.059,83	187.021,90	427.691,25
42	Imobilizações Corpóreas	15.333.961,57	3.535.810,75	11.798.150,82	10.105.853,39
		15.333.961,57	3.535.810,75	11.798.150,82	10.105.853,39
41	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	3.204,94	0,00	3.204,94	1.631,88
		3.204,94	0,00	3.204,94	1.631,88
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dividas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dividas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
21	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	619.611,84	36.874,75	582.737,09	860.286,24
24	Estado e outros entes públicos	76.780,07		76.780,07	51.961,87
268	Outros devedores	473.285,27		473.285,27	473.285,27
		1.169.677,18	36.874,75	1.132.802,43	1.385.533,38
	Titulos negociáveis				
151	Acções	0,00		0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00		0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00		0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00		0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00		0,00	0,00
		0,00		0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	1.230.880,81		1.230.880,81	1.251.373,35
11	Caixa	0,00		0,00	0,00
		1.230.880,81		1.230.880,81	1.251.373,35
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	315.657,04		315.657,04	270.209,54
272	Custos diferidos	24.368,98		24.368,98	15.411,88
		340.026,02		340.026,02	285.621,42
	Total das Amortizações		4.465.870,58		
	Total das Provisões		36.874,75		
	Total do Activo	19.211.871,37	4.502.745,33	14.709.126,04	13.474.743,79

(em €)

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercício	
		2017	2016
	Fundos próprios		
51	Património	3.280.333,17	2.980.333,17
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
57	Reservas	4.430.401,30	4.377.371,13
59	Resultados transitados	1.752.225,08	1.535.698,62
88	Resultado líquido do exercício	328.437,12	299.556,63
		9.791.396,67	9.192.959,55
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	1.832.000,00	1.400.000,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	176.046,65	264.269,97
		176.046,65	264.269,97
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	666.564,43	585.780,85
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	2.602,69	5.347,92
24	Estado e outros entes públicos	20.764,33	190.844,91
268	Outros credores	483.947,89	74.418,90
		1.173.879,34	856.392,58
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	175.249,59	165.392,50
274	Proveitos diferidos	1.560.553,79	1.595.929,19
		1.735.803,38	1.761.321,69
	Total dos Fundos Próprios e Passivo	14.709.126,04	13.474.943,79



Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza

A collection of handwritten signatures in blue ink, located in the bottom right corner of the page. There are approximately five distinct signatures, some appearing to be initials or full names, written in a cursive style.



ANO 2017

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS DA AMISM A 31/12/2017

(em €)

Código das Contas POCAL		Exercício			
		2017		2016	
<b>CUSTOS E PERDAS</b>					
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas				
	Mercadorias	0,00		0,00	
	Matérias	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Fornecimentos e Serviços Externos	2.462.580,63		2.314.279,28	
64	Custos com o Pessoal	707.576,21	3.170.158,84	515.350,35	2.829.629,63
63	Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Amortizações do Exercício	791.609,58		630.686,12	
67	Provisões do Exercício	436.020,18	1.227.629,76	706.744,21	1.337.430,33
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	89.694,68	89.694,68	135.509,35	135.509,35
	(A).....		4.487.481,28		4.302.569,31
68	Custos e Perdas Financeiros		4.076,74		4.410,78
	(C).....		4.491.558,02		4.306.980,09
69	Custos e Perdas Extraordinários		35.528,20		18.255,88
	(E).....		4.527.086,22		4.325.235,97
86	Imposto sobre o Rendimento		183.680,85		238.508,09
88	Resultado Líquido do Exercício		328.437,12		299.556,63
			5.039.204,19		4.863.300,69
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>					
71	Vendas e Prestações de Serviços	4.958.208,77	4.958.208,77	4.792.818,57	4.792.818,57
72	Impostos e Taxas	0,00		0,00	
(a)	Variação da Produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a Própria Entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos Suplementares	0,00		0,00	
74	Transferências e Subsídios Obtidos	5.799,34		6.219,67	
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	5.799,34	0,00	6.219,67
	(B).....		4.964.008,11		4.799.038,24
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		388,15		5.511,32
	(D).....		4.964.396,26		4.804.549,56
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		74.807,93		58.751,13
	(F).....		5.039.204,19		4.863.300,69

## Resumo:

Resultados Operacionais: (B) - (A); .....	476.526,83	496.468,93
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A); .....	-3.688,59	1.100,54
Resultados Correntes: (D) - (C); .....	472.838,24	497.569,47
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E); .....	328.437,12	299.556,63



Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado

A collection of handwritten signatures in black and blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signatures are stylized and appear to be official approvals or signatures of the reporting entity.

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ILHA DE S. MIGUEL

RUBRICAS	2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>		
Recebimentos de clientes	5.258.863	4.487.332
Pagamentos a fornecedores	-2.393.164	-2.009.179
Pagamentos ao pessoal	-707.576	-536.863
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>2.158.123</b>	<b>1.941.291</b>
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	-347.779	-86.498
Outros recebimentos operacionais (a) - inclui total receitas de OT	8.259	18.881
Outros pagamentos operacionais (b) - inclui total pagamentos OT	-4.629	-49.467
Outros recebimentos / pagamentos operacionais (a-b)	1.947.182	76.788
	0	0
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>3.761.156</b>	<b>1.900.994</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Ativos fixos tangíveis	-3.654.727	-2.663.429
Ativos intangíveis	-50.000	-105.768
Investimentos financeiros	-1.573	-728
Outros ativos	0	0
<b>Recebimentos provenientes de:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Ativos fixos tangíveis	25.000	3.971
Ativos intangíveis	0	0
Investimentos financeiros	0	0
Outros ativos	5.000	0
Subsídios ao investimento	0	40.866
Juros e rendimentos similares	1.804	8.103
Dividendos	0	0
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>-3.674.496</b>	<b>-2.716.985</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Financiamentos obtidos	0	0
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Cobertura de prejuízos	0	0
Doações	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Financiamentos obtidos	-88.023	-88.023
Juros e gastos similares	-4.119	-4.669
Dividendos	0	0
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>-92.143</b>	<b>-92.692</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>-5.483</b>	<b>-908.683</b>
Efeito das taxas de câmbio	0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período (Saldo inicial - Orç + OT)	1.251.373	2.175.066
Caixa e seus equivalentes no fim do período (Saldo final - Orç + OT)	<b>1.230.881</b>	<b>1.251.373</b>

**Notas:**

Este mapa é apresentado em modelo previsto em SNC, tendo por isso sido derogados princípios do POCAL aplicáveis a parte das entidades que constituem o grupo público.



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

A collection of handwritten signatures in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signatures are stylized and appear to be of various individuals.



AMISM – Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel

# Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

2017

Handwritten signatures in blue ink, including a stylized signature on the left and a more complex signature on the right.

## Introdução

---

A AMISM apresenta demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de Dezembro de 2017, com base no Artigo 75.º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro e Portaria 474/2010.

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) não contém quaisquer normas respeitantes a consolidação, pelo que optámos pela aplicação das regras de consolidação contidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que transpõe para o direito interno as normas de consolidação de contas, estabelecidas na 7ª directiva (83/349/CEE), aprovada pelo Conselho das Comunidades Europeias em 13 de Junho de 1983.

O presente Anexo apresenta as notas aplicáveis ao Grupo Público, conforme previsto no Decreto-Lei nº 158/2009, assim como as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo, tal como exigidas pela alínea d) do nº 7 do Artigo 75º da Lei nº 73/2013.

---



## Nota 1 – Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
AMISM	Rua Engenheiro Abrantes de Oliveira, 15 B, 9600-228 Ribeira Grande		---	a)
MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente – EIM, S.A.	Rua Engenheiro Abrantes de Oliveira, 15 B, 9600-228 Ribeira Grande	Desenvolvimento, implementação, construção, gestão e exploração de sistemas de limpeza pública e de recolha e tratamento de resíduos sólidos, de qualidade do ar, de desenvolvimento e inovação empresarial e de requalificação urbana e ambiental. Acessoriamente poderá exercer outras atividades relacionadas com o seu objeto.	100%	b)

Motivo de inclusão no perímetro de consolidação:

- a) Entidade mãe;
- b) Entidade detida a 100% pela Associação de Municípios.

## Nota 2 – Insuficiências das normas de consolidação

Não existindo normas específicas de consolidação de contas em ambiente POCAL, foram utilizadas as normas estabelecidas no Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, com as exceções indicadas na Nota seguinte.

## Nota 3 – Derrogação às normas de consolidação

O POCAL não prevê a aplicação do método de equivalência patrimonial, mas apenas a redução da quantia escriturada quando a quantia recuperável da participada é inferior.

## Nota 4 – Contabilização das participações

As participações financeiras estão mensuradas ao valor de aquisição. Nas situações em que a quantia recuperável é inferior ao valor contabilístico realizam-se os respetivos ajustamentos no sentido de expressar contabilisticamente essa perda de valor.

## Nota 5 – Compromissos financeiros não evidenciados no balanço consolidado

A AMISM no seu Balanço incorpora todos os compromissos financeiros.

### Bens de Domínio Público

---

Os bens de domínio público adquiridos até 31 de Dezembro de 2000 foram valorizados pelo método do custo ou do valor de substituição/reposição, o qual corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até a data de avaliação.

Na avaliação dos terrenos subjacentes às frações, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado. Entende-se por valor atual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

### Imobilizações incorpóreas

---

As imobilizações incorpóreas foram valorizadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo período de vida útil que esteja estipulado.

### Imobilizações corpóreas

---

Bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2000:

A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou o método de mercado (conforme o descrito para os Bens de Domínio Público). Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico e, nos casos em que tal era impossível, recorreu-se a uma avaliação por comparação a bens já avaliados, com as mesmas características.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001 foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2017 sofreram a primeira amortização no presente ano económico.

No caso da MUSAMI-EIM,S.A. as amortizações dos bens de imobilizado são calculadas por aplicação das taxas máximas conforme previsto no Decreto Regulamentar aplicável.

É de referir que no processo de consolidação não foi realizada a harmonização de taxas aplicadas pela empresa intermunicipal com as utilizadas pela AMISM.





### Investimentos financeiros

Os Investimentos Financeiros foram contabilizados pelo custo de aquisição.

### Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando haja um significativo risco de cobrança são efetuados ajustamentos para refletir a potencial perda.

### Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.




### Especialização de Exercícios

Os custos e proveitos são registados quando incorridos ou obtidos, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

### Nota 7 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado podem ser resumidos como segue.

---

    
5

## Ativo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências e abates	Saldo final
<b>Bens de domínio público</b>				
Terrenos e recursos naturais	17.039			17.039
Edifícios	0			0
Outras construções e infra-estruturas	0			0
Bens do património histórico, artístico e cultural	0			0
Outros bens de domínio público	0			0
Imobilizações em curso	0			0
Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
	17.039	0	0	17.039
<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
Goodwill		50.000		50.000
Despesas de investigação e desenvolvimento	1.042.182			1.042.182
Propriedade industrial e outros direitos	0			0
Outras imobilizações incorpóreas	24.900			24.900
Imobilizações em curso	0			0
	1.067.082	50.000	0	1.117.082
<b>Imobilizações Corpóreas</b>				
Terrenos e recursos naturais	3.015.173	110.212		3.125.385
Edifícios e outras construções	4.829.981	3.392.280		8.222.261
Equipamento básico	1.798.057	60.613		1.858.670
Equipamento de transporte	336.973	66.871		403.844
Ferramentas e utensílios	48			48
Equipamento administrativo	250.697	24.750		275.447
Taras e vasilhames	0			0
Outras imobilizações corpóreas	15.231			15.231
Imobilizações em curso	2.894.564	2.091.639	-3.553.128	1.433.075
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0			0
	13.140.724	5.746.366	-3.553.128	15.333.962
<b>Investimentos Financeiros</b>				
Partes de capital	0			0
Obrigações e títulos de participação	0			0
Investimentos em imóveis	0			0
Outras aplicações financeiras	1.632	1.573		3.205
Imobilizações em curso	0			0
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0			0
	1.632	1.573	0	3.205
<b>Total</b>	<b>14.226.477</b>	<b>5.797.939</b>	<b>-3.553.128</b>	<b>16.471.287</b>

## Amortizações e ajustamentos

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
<b>Bens de domínio público</b>				
Terrenos e recursos naturais	0			0
Edifícios	0			0
Outras construções e infra-estruturas	0			0
Bens do património histórico, artístico e cultural	0			0
Outros bens de domínio público	0			0
	0	0	0	0
<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
Goodwill	0	4.583		4.583
Despesas de investigação e desenvolvimento	614.490	286.086		900.576
Propriedade industrial e outros direitos	0			0
Outras	24.900			24.900
	639.390	290.669	0	930.060
<b>Imobilizações Corpóreas</b>				
Terrenos e recursos naturais	0			0
Edifícios e outras construções	1.310.933	294.708		1.605.641
Equipamento básico	1.275.195	129.958		1.405.153
Equipamento de transporte	214.618	62.093		276.711
Ferramentas e utensílios	48			48
Equipamento administrativo	219.902	13.819		233.721
Taras e vasilhames	0			0
Outras imobilizações corpóreas	14.176	362		14.538
	3.034.871	500.940	0	3.535.811
<b>Investimentos Financeiros</b>				
Títulos e outras aplicações financeiras	0			0
Outros empréstimos concedidos	0			0
	0			0
	3.674.261	791.610	0	4.465.871

## Nota 8 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo circulante

Ativo Circulante	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Cobrança Duvidosa	61.378	4.020	28.523	36.875
<b>Total</b>	<b>61.378</b>	<b>4.020</b>	<b>28.523</b>	<b>36.875</b>

## Nota 9 – Vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos

A totalidade das vendas e prestações de serviços, no montante de 4.958.209 euros realizaram-se no mercado interno.

## Nota 10 – Situações que afetem significativamente os impostos futuros

A MUSAMI encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16,80% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e



cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente. A AMISM está isenta de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e eventual correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social). Deste modo as declarações fiscais dos últimos cinco anos poderão ainda ser sujeitas a revisão, embora as empresas municipais não antevejam situações que possam originar correções significativas.

#### Nota 11 – Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe

Não foram atribuídas remunerações certas e permanentes aos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos sociais da AMISM.

#### Nota 12 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Contas	Custos e perdas	2017	2016
681 Juros suportados			205
682 Remunerações a títulos de participação			
683 Amortizações de investimento em imóveis			
684 Ajustamentos de aplicações financeiras			
685 Diferenças de câmbio desfavoráveis			
686 Descontos de pronto pagamento concedidos			
687 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			
688 Outros custos e perdas financeiros		4.077	4.205
Resultados financeiros		-3.689	1.101
		<b>388</b>	<b>5.511</b>
	<b>Proveitos e ganhos</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
781 Juros obtidos		388	5.511
782 Ganhos em entidades participadas			
783 Rendimentos de imóveis			
784 Ganhos de participações de capital			
785 Diferenças de câmbio favoráveis			
786 Descontos de pronto pagamento obtidos		1	
787 Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria			
788 Outros proveitos e ganhos financeiros			
		<b>388</b>	<b>5.511</b>



### Nota 13 – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Contas	Custos e perdas	2017	2016
691	Transferências de capital concedidas		
692	Dívidas incobráveis	20.736	3.867
693	Perdas em existências		
694	Perdas em imobilizações		
695	Multas e penalidades	0	6.796
696	Aumentos de amortizações		
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	0	1.732
698	Outros custos e perdas extraordinárias	14.792	5.862
	Resultados extraordinários	39.280	40.495
		<b>74.808</b>	<b>58.751</b>

	Proveitos e ganhos	2017	2016
791	Restituição de impostos	0	0
792	Recuperação de dívidas	0	
793	Ganhos em existências	0	
794	Ganhos em imobilizações	0	0
795	Benefícios de penalidades contratuais		
796	Reduções de provisões	28.523	15.556
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	4.184	7.813
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	42.100	35.382
		<b>74.808</b>	<b>58.751</b>

### Nota 14 – Provisões para Riscos e Encargos

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo Final
Outras Provisões	1.400.000	432.000	0	1.832.000
<b>TOTAL</b>	<b>1.400.000</b>	<b>432.000</b>	<b>0</b>	<b>1.832.000</b>

A provisão foi constituída em 2013 face ao custo estimado com a selagem da 2ª célula do Aterro Sanitário da Ilha de S. Miguel.

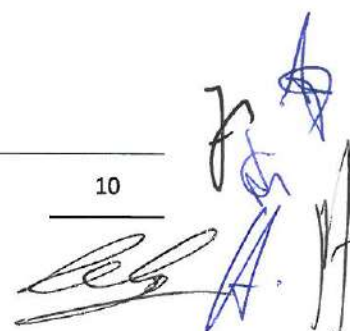
### Nota 15 – Outras informações exigidas por diplomas legais

Tipo de fluxos	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações ao exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6= (2+3) - (4+5)	(2)	(3)	(4)	(5)	6= (2+3) - (4+5)
Transferências e Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações comerciais	0,00	315.009,60		45.009,60	270.000,00	0,00	-315.009,60		-45.009,60	-270.000,00
Particip. Do capital em numerário		550.000,00		550.000,00	0,00		-550.000,00		-550.000,00	0,00
Particip. Do capital em espécie					0,00					0,00
Outros	502,00				502,00	-502,00				-502,00
<b>Total</b>	<b>502,00</b>	<b>865.009,60</b>	<b>0,00</b>	<b>595.009,60</b>	<b>270.502,00</b>	<b>-502,00</b>	<b>-865.009,60</b>	<b>0,00</b>	<b>-595.009,60</b>	<b>-270.502,00</b>

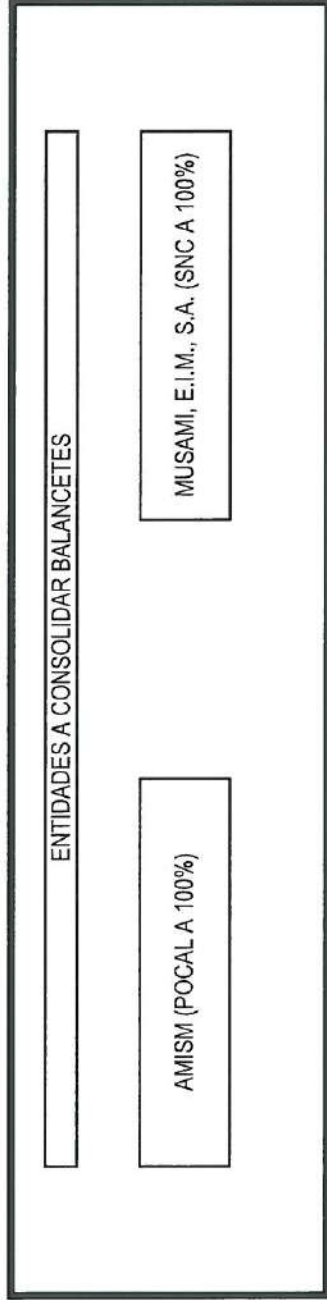
Nota 16 – Outras informações

Desagregação do endividamento consolidado de médio e longo prazo

Designação das Contas	Dividas a terceiros de médio/longo prazo		
	AMISM	MUSAMI, EIM	Total
Empréstimos de médio Longo Prazo	176.047	0	176.047
<b>Total</b>	<b>176.047</b>	<b>0</b>	<b>176.047</b>



PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO DA AMISM - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ILHA DE S. MIGUEL





Certificação Legal das Contas Consolidadas

A collection of handwritten signatures in blue ink, located in the bottom right corner of the page. There are approximately four distinct signatures, some appearing to be initials or full names.



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **AMISM - Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel (o Grupo)**, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 14.709.126 euros e um total de fundos próprios de 9.791.397 euros, incluindo um resultado líquido de 328.437 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **AMISM - Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel** em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL e a legislação específica aplicável;

elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

Marques da Cunha, Arlindo Duarte  
& Associados, S.R.O.C., Lda.

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL  
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-771 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

SROC n.º 52 • Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 4.738 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567

# Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, SROC, Lda.

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL  
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

SROC n.º 52 • inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 4.738 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567



# Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avallamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

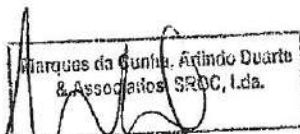
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 20 de abril de 2018



Marques da Cunha, Arlindo Duarte  
& Associados SROC, Lda.

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, SROC, Lda., SROC n.º 52

representada por

Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC n.º 859

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL  
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

SROC n.º 52 • Inscrição no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 4-738 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567



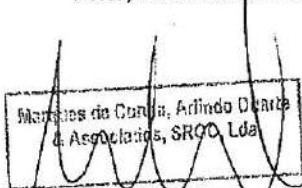
# Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

## PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ILHA DE S. MIGUEL

1. De acordo com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso PARECER sobre os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas da Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os quais compreendem o Balanço Consolidado, Demonstração Consolidada dos Resultados por naturezas, Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais e Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.
2. Com base nos trabalhos efetuados elaborámos a Certificação Legal das Contas da Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel.
3. Com suporte no parágrafo da opinião da Certificação Legal das Contas, somos de PARECER que aprovem os Documentos de Prestação de Contas Consolidados do Exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Porto, 20 de abril de 2018



Marques da Cunha, Arlindo Duarte  
& Associados, SROC, Lda

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados – S.R.O.C., Lda., SROC n.º 52  
representada por Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC n.º 859

